



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI



“AS DUAS FACES DA MESMA MOEDA”:
esfera pública e mídia eletrônica como expressão da formação social brasileira

Franklin Douglas*

RESUMO

Reflexão sobre a constituição da esfera pública no Brasil e no Maranhão, a partir de resgate de elementos do processo histórico da formação social brasileira inter-relacionados com a constituição da mídia eletrônica – televisão – nos planos nacional e local.

Palavras-chave: Esfera pública. Formação social brasileira. Mídia maranhense.

ABSTRACT

Reflection about the constitution of the public sphere in Brazil and in Maranhão, starting from ransom of elements of the historical process of the Brazilian social formation interrelated with the constitution of the electronic media – television – in the national plans and place.

Keywords: public sphere. Brazilian social formation. Media from Maranhão.

“O que precisamente o marxismo, com seu método dialético, introduziu de novo na análise e interpretação históricas (...) é a explicação dos fatos e das situações históricas pela emergência progressiva deles dentro de um processo em permanente *devenir*, e esse projetando assim para o futuro numa perpétua renovação. Isto é, sem repetir o passado, ou melhor, sem se modelar segundo formas e circunstâncias prefixadas. (...) exclui, desde logo e necessariamente, qualquer concepção que pretenda enquadrar a evolução histórica em esquemas preestabelecidos”

(Caio Prado Júnior)

1 INTRODUÇÃO

Neste texto, buscamos relacionar como a formação social brasileira é chave para as linhas explicativas da esfera pública no País e, em seqüência, da mídia eletrônica que se constituirá no Brasil – sobretudo a televisão.

Contextualiza, para isto, o processo de formação latino-americano e seu rebatimento no Brasil. Em seguida, apresenta a especificidade brasileira a partir da compreensão de Francisco de Oliveira acerca do processo de construção de nossa esfera pública. Pincelamos, *en passant*, o quadro maranhense. Neste estado, a síntese da realidade política brasileira que consolida os meios de comunicação e, especificamente a

*Mestrando-Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas-UFMA.

televisão, como instrumento de dominação de classe, de controle social, de domínio sobre as idéias postas em debate.

Se for consistente a máxima *diga-me como é tua comunicação e te direi como é tua sociedade* o Brasil e o Maranhão são exemplos profundos de uma comunicação sitiada porque neles temos sociedades de tênues instrumentos democráticos de debate público e construção de consensos. É o que constataremos a seguir.

2 A ESFERA PÚBLICA NEGADA E A MÍDIA EXCLUDENTE

FARIAS (2000) será preciso ao delimitar que o Estado contemporâneo é um instrumento sob a lógica do capital, ainda que não se constitua no que o marxismo vulgar considera tão-somente como o “comitê da burguesia”. Ele é um instrumento de mediação dos conflitos entre duas classes fundamentais: a que detém os meios de produção e a que só resta a força de trabalho.

É este Estado que se desenvolve mundialmente. É a permanente lógica do globalismo – termo cunhado por Octávio Ianni (1996) – do capital que se utiliza, em dado processo histórico, de imperialismos, nacionalismos, regionalismos ou localismos para se estabelecer, *na medida em que se desenvolvem as forças produtivas e as relações de produção, acelerando a concentração e a centralização do capital em escala mundial* (IANNI, 1996)

Na América Latina, este fenômeno também se expressará, com aspectos específicos. Maria da Glória Gohn (1997) situa este debate justamente colocando que determinadas escolas teóricas buscaram compreender esta realidade encaixando-as em paradigmas externos a ela. “Falar de um paradigma teórico latino-americano sobre os movimentos sociais é mais uma colocação estratégica do que real”, dirá GOHN (1997: 211).

Por isso, em dado momento, as concepções européias foram “importadas” e os estudos norte-americanos rejeitados: a primeira, mais pelo viés crítico que efetivamente inovador na compreensão do processo latino-americano; o segundo, pela automática vinculação que se fazia com a perspectiva imperialista dos Estados Unidos sobre o continente.

Desta forma, Maria da Glória Gohn (1997) aponta especificidades a serem percebidas, e não por exato, um paradigma. Nestas especificidades, a autora ressalta várias, dentre as quais: a múltipla diversidade de movimentos (com especial destaque para o Brasil, por seu tamanho e nível de industrialização); a relação com os partidos políticos (especialmente os de esquerda); a questão agrária (que na América Latina intensificará uma luta conflituosa no campo, em todo o continente, dado o modelo de latifúndio que se

implantou); e, para não estender mais os aspectos, a relação com os intelectuais (o engajamento político da reflexão dos intelectuais, mormente nas Ciências Sociais) que será uma marca do desenvolvimento destes movimentos na América Latina.

Estas especificidades emergem pelo pano de fundo que as unifica: o desenvolvimento histórico da região. Marcado pelo coronelismo, por ditaduras militares, por subordinação das elites nacionais aos interesses do capital estrangeiro.

Se há uma esfera pública não-burguesa na realidade latino-americana, que incorporará as demandas levantadas ao debate pelos movimentos sociais, será esta uma conquista da classe trabalhadora frente à característica autoritária das elites latinas, possibilitará esta reflexão Francisco de Oliveira (1999).

Para ele, o caso brasileiro é significativo desta lógica latina. Revisitando estudiosos da formação social brasileira, OLIVEIRA (1999) registrará (1) Gilberto Freire – a estrutura escravista, (2) Sérgio Buarque de Hollanda – o homem dócil, (3) Caio Prado Júnior – explicação não está na docilidade, mas no sistema colonial e no atraso escravista, (4) Machado de Assis – a linguagem retórica revelando a desfaçatez da elite e (5) Florestan Fernandes – a implantação de hegemonia do modo de produção feita pela burguesia sem ruptura revolucionária – para concluir que: “todo o esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, enfim, no Brasil, decorreu, quase por inteiro, da ação das classes dominadas” (OLIVEIRA, 1999: 60). E exemplifica: em 60 anos de experiência democrática, o Brasil teve 35 anos de ditadura (a de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, e a dos Militares, de 1964 a 1984).

No Brasil, são estes sujeitos permanentemente “silenciados”, ocultados, que forçaram a construção de uma radicalização democrática. E que, no tocante à constituição da esfera pública no País, será construída mediante um processo excludente.

Nestes termos, o sentido que Francisco de Oliveira (1999) atribui a “fazer política” é o de o sujeito (classes dominadas) se impor, o que se traduz na possibilidade de ter direito à fala, a um discurso, a um corpo que lhe foi roubado da esfera pública: “anulação da fala e, através, dela, a destruição da política, a fabricação de um consenso imposto” (OLIVEIRA, 1999: 80) é o principal mecanismo do objetivo da classe dominante.

O papel da mídia na ocultação do outro no debate público das idéias e projetos para o Brasil será bem revelado por Bernardo Kucinski:

A esfera pública burguesa desempenha um papel secundário como espaço de esclarecimento e debate e como meio de informação para tomada de decisões das elites empresariais. Enquanto nas democracias liberais é principalmente por meio da mídia que os protagonistas sociais informam-se e debatem suas idéias, no Brasil a mídia desempenha papel mais ideológico do que informativo, mais voltado à disseminação de um consenso previamente acordado entre as elites em espaços reservados (...) Essa função de controle é facilitada pelo monopólio da propriedade pelas elites e por uma cultura jornalística autoritária e acrítica. (KUCINSKI, 1998: 17)

Esta é a esfera pública não-estatal configurada no Brasil: contraditória, com avanços e recuos em sua pauta, mas, sobretudo, autoritária naqueles que tendencialmente monopolizam o processo de inserção na esfera pública, a mídia.

Assim, é significativo o fato de que do segundo mandato presidencial de Getúlio Vargas (1951) – época também da chegada da televisão no País – ao governo de Luís Inácio Lula da Silva (eleito em 2002/reeleito em 2006), as formas de concessão de canais de televisão sofreram tênues alterações em seu modelo de funcionamento. Mantiveram-se circunscritas aos interesses do ambiente econômico e político sob o qual saíram as diretrizes para sua instalação, desenvolvimento e consolidação.

No Brasil, a televisão se consolida como veículo de controle social, *verdadeiro locus de deliberação política (...), oferecido pelos veículos de comunicação de massa. Mas, evidentemente, ele não é público, e sim privado* (COMPARATO, 2000: 191), espaço de construção do consenso do projeto dominante e sua legitimação na sociedade. Principal linha de sustentação dos setores hegemônicos, a fração dominante proprietária da mídia eletrônica de TV também recebe em troca a intocabilidade em sua estrutura de poder no que diz respeito a dois eixos fundamentais: legislação e política pública de concessões de novos canais.

Desta simbiose, nasce e cresce o sistema de televisão brasileiro. No Maranhão, não será diferente. Pelo contrário, expressará mais fortemente este processo. Do início, com Raimundo Bacelar (deputado federal e, por influência de seu mandato e pioneirismo, primeiro dono de uma concessão de televisão no Estado do Maranhão – a TV Difusora) aos tempos atuais, a televisão maranhense constituiu-se como elemento central do controle político dos setores dominantes maranhenses em torno da família Sarney.

Acrescenta-se que a passagem de José Sarney pela Presidência da República (1985-1989), quando *distribuiu mais de 1.028 frequências de rádio e TV, das quais 539 a congressistas e seus protegidos para conseguir a extensão de um ano em seu mandato* (STANDIK *apud* KUCINSKI, 1998: 32), na Constituinte de 1988, representou no Maranhão a total distribuição a tão somente seu grupo de sustentação. Não houve concessões de TV para fora de seu círculo mais íntimo de aliados.

Como registra KUCINSKI (1998: 33),

o mais notável exemplo de coronelismo eletrônico¹ é o próprio ex-presidente José Sarney, hoje senador (PMDB-AP), que controla, diretamente ou por intermédio de familiares e amigos, 20 das 57 estações de rádio e de TV do Maranhão. Seus aliados políticos controlam outras 15 emissoras.

Desta forma, a televisão maranhense constitui-se tão concentradora quanto as redes nacionais: 06 famílias e uma única opção política, o sarneyzismo (Globo/Mirante: família Sarney; SBT/Difusora: família Lobão; Bandeirantes/Praia Grande: família Manoel Ribeiro; Rede TV/Cidade: família Vieira da Silva; Record/TV São Luís: família Zildene Falcão).

No País, como bem revisa HERZ (1989: 75), *a dependência externa é a decisiva determinação que as relações internacionais exercem na configuração da comunicação de massa no Brasil*. Foi a pressão externa que determinou o perfil empresarial, tecnológico e político para as empresas de comunicação.

A dependência externa reflete-se de modo particularmente agudo na organização dos meios de comunicação de massa. E manifesta-se com cristalina evidência na utilização econômica e política das modernas tecnologias de comunicação. (HERZ, 1989: 75)

Disto resultou um processo de consolidação do sistema de comunicação brasileiro moldado conforme e, praticamente, tão somente segundo os interesses dos setores dominantes. São eles, por conseguinte, que têm maior acúmulo e conhecimento sobre o papel que desempenha os meios de comunicação de massa na disputa de hegemonia no processo histórico do País.

Trata-se, pois, de ter no Brasil a configuração de uma verdadeira comunicação excludente e a serviço do projeto hegemônico², notadamente no que toca ao meio eletrônico televisão, como bem observa KUCINSKI (1998: 18):

É por intermédio da TV que as classes B, C, D e E percebem os assuntos atuais, adquirem novos hábitos e desenvolvem uma linguagem comum. Quase todas as residências possuem um aparelho de TV (...) Sob o regime autoritário (1964-1979), a mídia foi acessória nas tarefas de controle social, exercidas principalmente pela repressão física, silenciamento de vozes dissidentes e expurgo de lideranças populares. Sob a democracia, dada a ilegitimidade das formas coercitivas de controle, a repressão tornou-se instrumento secundário de controle e a mídia passou a ser procurada pelas elites dominantes como o meio principal de controle social.

¹Coronelismo eletrônico é o termo pelo qual se busca identificar a concentração da propriedade dos veículos de comunicação com a propriedade da terra no Brasil, cuja posse se concentra em poucos e que, na História do Brasil, significou também concentração de poder político nas mãos dos chamados coronéis. Para o campo, a necessidade de uma reforma agrária. Para a comunicação, uma "reforma agrária" do ar – o que passa pela democratização nos critérios de concessão de canais de rádio e TV.

²Um exemplo de controle de classe das concessões está na propriedade do rádio: *pouco mais da metade das 3.188 concessões de rádio foram outorgadas a políticos conservadores e nenhuma foi jamais outorgada a movimentos ou entidades populares* [grifo nosso] (STANDNIK *apud* KUCINSKI, 1998: 33).

Se a década de 1990 tornou-se palco da implementação de novas formas descentralizadas de gerir as políticas públicas em áreas como saúde, educação, assistência social etc, não foi o que se percebeu na área da comunicação. Se nas primeiras a descentralização constitui a busca da participação e o controle das classes subalternizadas sobre as políticas públicas, nas políticas públicas de comunicação os setores dominantes foram precisos em definir a estratégia de controle do Capital sobre o Trabalho via Estado, nos marcos dos mecanismos de controle do próprio sistema dominante.

Trataram de expropriar a função do controle social do corpo social e transferi-la pra si (o capital), a fim de adquirir o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional (MÉSZÁROS, 1993: 32).

Desta maneira, o uso dos meios de comunicação de massa no Brasil incorporaram uma lógica onde o exercício do controle social, componente das relações de hegemonia supondo coerção e força, de um lado, e persuasão em que a ideologia é elemento central, por outro, tem servido para a formação de consenso necessário para a manutenção da ordem instituída (ABREU, 2002: 128).

No Brasil, a produção do consenso parece ser antes um processo político que se realiza primeiro na esfera do poder, e só depois busca a esfera pública como processo midiático. Dessa instância superior, o consenso é imposto à mídia e parece determinar o próprio padrão da cobertura jornalística. Por isso, mostra-se ainda mais agressivo nos momentos decisivos da política doméstica (...). Nesse e em outros momentos de ameaça de ruptura, o consenso é produzido externamente à mídia e a ela imposto como parte de uma decisão de estado-maior das classes proprietárias (KUCINSKI, 1998: 21)

3 CONCLUSÃO

Como vimos, o consenso construído pelos veículos de comunicação de massa expressa, no Brasil, o que os *detentores do poder, desde sempre e em qualquer contexto social esforçam-se por obter: a submissão voluntária e pacífica* (COMPARATO, 2000: 179).

Como expôs Marx, em seus *Grundrisse*, **a anatomia humana contém a chave para a anatomia do macaco**. A configuração dos meios de comunicação como controle social na sociedade brasileira contemporânea explica porque as concessões de canais de televisão, desde seu início, tem sido realizadas. Estão em completa unidade com o processo de formação da sociedade brasileira, na qual aos setores dominantes as benesses do capital, até quando foram arrancados pelos setores populares.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. O Controle Social e a Mediação da Política de Assistência Social na Sociedade Brasileira na Atualidade – indicações para o debate In **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: EDUFMA, V.6, n.1, p.126-145, 2002.

COMPARATO, Fábio Konder. A democratização dos meios de comunicação de massa In **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas**. São Paulo: Cortez, 2000.

GONH, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997

IANNI, Octávio et alli. Debate: Imperialismo e globalização. In **Revista Crítica Marxista**. Vol I, nº 3, São Paulo: Brasiliense, 1996.

KUCINSKI, Bernardo. **Mídia da exclusão** in A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaios, 1993.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999.